

(RE)PENSAR A BUROCRACIA PARA VIVER A CONDIÇÃO HUMANA NA ESCOLA

Elaine Cristina Carlos da Silva - Pedagoga e mestranda no Programa de Pós-Graduação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Bolsista da Capes.

Participante do Grupo de Pesquisa Ateliê Sociológico Educação & Cultura.

Elane da Silva Barbosa - Graduada no curso de bacharelado e licenciatura em Enfermagem pela UERN. Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação – POSEDUC, nível mestrado da UERN. Bolsista da CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo – GECOM/UERN.

Edinária Marinho da Costa - Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Aluna especial do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação – POSEDUC da UERN.

RESUMO

Cabe a este texto elaborar uma reflexão sobre a relação da burocracia e a educação, tendo como princípio norteador a condição humana na escola. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória do tipo revisão de literatura, tendo como aporte teórico: Beetham (1988); Cortina (1999); Michalovicz (2008); Morin (2000, 2003, 2007); Motta (2008); Motta e Bresser-Pereira (2004); Pereira (1976); Weber (1999, 2000), entre outros. A burocracia pode ser observada através de suas dimensões ou características, que se baseiam nas relações de poder, disciplina e dominação: hierarquia de autoridade, divisão do trabalho, sistema de normas, impessoalidade que estão presentes no sistema educacional. A condição humana na escola tem como finalidade o auto-conhecimento, a (re)descoberta de si. Sendo a burocracia tão presente na atualidade da educação, se baseia na racionalidade a fim de garantir o máximo de eficiência no alcance de seus objetivos. Suas características implícitas interferem na vivência da condição humana na escola através do formalismo exagerado, da impessoalidade nas relações interpessoais, da hierarquia, da autoridade e da divisão sistemática do trabalho. Por isso a importância de que sejam feitas reflexões sobre essa temática a fim de que, a partir do momento que sejam conhecidas as características da burocracia, o aspecto informal que existe na instituição escolar possa ser valorizado como espaço de vivência da condição humana.

Palavras-chave: Burocracia. Educação. Condição humana. Escola.

1 INTRODUÇÃO

Em *A cabeça bem feita*, Edgar Morin diz que a educação deveria desempenhar alguns papéis: ajudar os sujeitos a desenvolver a cabeça bem feita; auxiliar na autoformação da pessoa humana e, por fim, construir uma aprendizagem cidadã. A autoformação da pessoa humana, além de conduzir os sujeitos ao aprendizado de conviver com as incertezas e a viver, propõe-se a ajudar as pessoas a assumirem a sua condição humana (MORIN, 2003).

A condição de ser humano não se refere meramente a um ser racional, objetivo, técnico. O ser humano é, ao mesmo tempo, um ser biológico, cultural, histórico, psíquico, social. Um ser com emoções e sentimentos. Um ser movido pela razão, pela objetividade, pela lucidez, pela lógica, mas também um ser movido pela subjetividade, pelos sonhos, pelos devaneios, pela loucura, pela sensibilidade. Por isso, a condição humana constitui-se numa condição uni – multidimensional, pois o ser humano é muitos num só (MORIN, 2007).

A escola, no entanto, como instituição social, cuja estrutura e funcionamento acaba indo ao encontro dos propósitos de um sistema burocrático. A burocratização do ensino acontece através do estabelecimento de normas e regulamentos que fazem a legislação da educação, apresentando uma sistemática divisão do trabalho, competência profissional, hierarquia na autoridade, ou seja, a dinâmica dos sistemas educacionais revela-se como um espaço apropriado para a efetivação da burocracia moderna, cujo objetivo é alcançar a máxima de eficiência social.

Outro fator preponderante na caracterização da burocratização consiste na impessoalidade das relações que acontecem de forma automatizada, desvincilhada de qualquer forma de emoções, pois segundo Weber *apud* Motta e Bresser-Pereira (2004, p. 18) obedece ao princípio da administração *sine ira ac studio*, sem ódio ou paixão.

A objetividade no cumprimento das tarefas significa o total distanciamento de questões que envolvem a subjetividade humana. Para a otimização do funcionamento da organização é necessário a competência, a precisão, a rapidez. Assim, de acordo com as regras calculáveis, como engrenagens de uma máquina.

Mas, o que é burocracia? O termo é poliforme, tem sido usado em vários sentidos e enfrenta atualmente uma caricatura do senso comum que o assemelha a conotações negativas, como as distorções do sistema, ou seja, relaciona burocracia com as suas disfunções: exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismos e de papelório e etc.

Pode-se dizer que etimologicamente a palavra burocracia está relacionada com dois componentes linguísticos: francês, *bureau* – escritório – e grego, *krátos* – poder. Assim, a palavra burocracia dá a idéia do exercício do poder por meio dos escritórios e das repartições públicas (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

A maior contribuição a respeito da burocracia foi a do alemão Max Weber¹, um dos mais importantes pensadores e estudiosos dessa temática. Entretanto, ele não se preocupou em conceituar a burocracia. Definiu-a através da especificação de suas características. Assim, o autor considerava que burocracia é um tipo de poder ou dominação (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

¹ Maximilian Weber, economista, jurista e co-fundador da sociologia, nasceu em 1864 em Erfurt, Turíngia, e morreu em 1920, em Munique. Em 1882, começou os estudos superiores em Heidelberg, continuando-os em Göttingen e Berlim, onde se dedicou simultaneamente à economia, à história, à filosofia e ao direito. Concluído o curso, trabalhou na Universidade de Berlim, como livre-docente, ao mesmo tempo em que servia como assessor do governo. Em 1893, casou-se e, no ano seguinte, tornou-se professor de economia na Universidade de Freiburg. Dois anos depois, após a morte de seu pai, Weber sofreu sérias perturbações nervosas que o levaram a deixar a docência, só voltando à atividade em 1903. Entre suas obras principais estão *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Economia e Sociedade* e *Metodologia das Ciências Sociais* (WEBER, 2000).

Atualmente, o termo burocracia ou organização² é um sistema social racional que se administra segundo o critério da eficiência. Assim, nenhuma organização corresponde ao modelo puro de burocracia, idealizado por Weber como o tipo ideal. Muitas se aproximam desse modelo burocrático puro, como o Estado, as empresas de grande porte, escolas, clubes, igrejas. Na medida em que se esforçam para atingir seus objetivos definidos de forma ordenada. Ele estudou a burocracia como um tipo ideal, da mesma maneira que o fez com o racionalismo, o capitalismo.

Assim sendo, o objetivo desse estudo é fazer uma reflexão da relação entre burocracia, educação e a condição humana na escola, isto é, compreender como a escola trabalha com a condição humana num espaço que está sob um sistema educacional pautado pela demanda burocrática.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, pois não estabelece as questões a serem investigadas a partir de variáveis. Preocupa-se em formular questões que possibilitem um estudo do fenômeno nos seus diversos aspectos e na realidade na qual estão inseridos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Em relação aos seus objetivos, este estudo pode ser classificado como exploratório, já que “de uma maneira geral, tal pesquisa busca ampliar o número de informações sobre determinado ponto que se quer investigar” (BASTOS, 2009, p. 75). A pesquisa exploratória pode ser ilustrada através da revisão bibliográfica, visto que, além de delimitar o objeto de estudo, leva a um aprimoramento das ideias sobre o assunto que está sendo pesquisado (BASTOS, 2009). Sendo assim, o presente artigo insere-se no universo da investigação exploratória, do tipo revisão bibliográfica. Para tanto, foi realizada pesquisa em livros e artigos publicados em revistas.

Para fins didáticos, os resultados e a discussão dos dados coletados neste estudo foram organizados em duas seções. A primeira seção intitulada *Burocracia e educação: sua dimensão e dominação no espaço escolar* aborda como a burocracia se faz presente no âmbito escolar. A segunda denominada de *As disfunções burocráticas, a organização informal e a condição humana na escola* enfoca as relações existentes entre as disfunções do sistema burocrático, a ação da organização informal e a condição humana na escola.

3 RESULTADOS

² Os termos burocracia e organização nesse artigo são palavras sinônimas, que expressam sistema social.

3.1 BUROCRACIA E EDUCAÇÃO: SUA DIMENSÃO E DOMINAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

A educação e o sistema educacional estão organizados de acordo com a legislação imposta que ordena o trabalho administrativo e pedagógico e estão centrados em aspectos organizacionais hierárquicos, impessoais e automatizados.

Pereira (1976) define a escola como uma empresa, de acordo com os conceitos de Weber e também ao analisar as relações de poder e de dominação existentes no seu interior. Afirma que há dois tipos de dominação presentes nessa escola: a tradicional e a burocrática. Assim sendo, ainda apresentava traços patrimoniais concomitantes com os racionais-legais, que impediam o alcance sistemático de seus objetivos. Por esse motivo, considerava a escola em estudo como uma empresa semi-burocratizada.

Ao analisar o regimento interno da escola, assim como o conjunto da legislação escolar que prescrevia as normas de seu funcionamento e as relações hierárquicas, Pereira (1976) conclui que essa escola estava passando por um processo de burocratização. Com isso Pereira (1976) ainda enfatiza o caráter racional-legal do regimento, que nomeava as atribuições e obrigações do quadro administrativo burocrático, as expectativas de progressão funcional e os mecanismos disciplinares e de controle.

Nesse sentido, pode-se perceber que a dominação está presente no âmbito das relações entre os agentes escolares e que a legislação é um mecanismo burocratizante no seu meio, pois define as relações hierarquizadas e pautadas no caráter formal das comunicações, ou seja, através da escrita. Assim, Weber (2000, p. 141) define os três tipos puros de dominação legítima: o carismático, o tradicional e o burocrático. Serão descritos a seguir para a compreensão dos dois tipos de dominação que foram constatados na pesquisa relatada acima.

No caso da dominação burocrática baseada em estatutos, obedece-se à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados, em virtude da legalidade formal. No caso da dominação tradicional, obedece-se à pessoa do senhor nomeada pela tradição, em virtude de devoção aos hábitos costumeiros. No caso da dominação carismática obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal [...] (WEBER, 2000, p. 141).

A semi-burocratização é decorrente do processo discrepante na persistência de elementos tradicionalistas presentes na perpetuação de costumes, valores e concepções acerca da escola com as normas do Regimento elaborado de acordo com os interesses racionais-legais, cujo objetivo é o alcance da eficiência.

A burocracia é, segundo Weber (2000), uma das formas mais eficazes de dominação. A prática educacional é o meio ideal para a legitimação da dominação nas relações através da determinação do comportamento e do controle do conhecimento. O aluno na condição de dominado é o “objeto trabalhado” pela escola para servir aos ideais do sistema burocrático.

Motta (2008) afirma que a escola desempenha algumas estratégicas para o sistema capitalista. Ela está voltada para “a reprodução de uma determinada cultura e para a reprodução da estrutura de classes”, ou seja, há uma diferenciação na formação entre os dominantes e os que serão dominados através da inculcação dos dominados com os modos de pensar dos dominantes.

Todo o sistema de ensino e a estrutura de funcionamento da escola visam alcançar os objetivos do sistema racional que já dominou as empresas e outras organizações. A burocratização do ensino acontece por meio da efetivação de suas características cada vez mais presentes no espaço escolar através da hierarquização da autoridade, na sistemática divisão do trabalho, no sistema de normas, competência profissional e na preocupante impessoalidade das relações.

Cortina (1999) defende que o avanço da burocratização, conseqüentemente, acontecerá de acordo com a continuidade das mudanças sociais, isto é, é um fenômeno dependente dos processos de urbanização, secularização da cultura e democratização.

O processo de burocratização está ligado às próprias mudanças sociais: a transformação técnico-econômica, o processo de industrialização e conseqüente complexificação administrativa. Esse modo de organização pressupõe controle e submissão, mas, de certa forma, a adoção de padrões racionais-legais de organização baseada na impessoalidade, na universalidade, em normas gerais, representava um avanço ao modo patrimonialista que imperava no sistema (CORTINA, 1999, p. 72 e 73).

Na prática, o modelo burocrático imposto no cotidiano escolar ocorre, sobretudo nos funcionários, professores e alunos. Isso acontece porque eles são os agentes que vivenciam a prática escolar. E as várias características são aplicadas diretamente sobre eles, cuja legitimação depende desses agentes. Podendo ser acentuadas ou não, de acordo com o grau de burocratização da instituição escolar.

A autoridade, numa organização burocrática, decorre do estabelecimento de normas racionais-legais, em vez de tradicionais. Assim, as normas são válidas por causa da sua legitimação racional. Nesse sentido, no espaço escolar essa autoridade é conferida ao diretor,

coordenadores, professores e funcionários da instituição, que são os detentores de poder e dominação sobre os alunos.

As normas e os mecanismos de disciplina e controle estão nos documentos oficiais que vem das secretarias de educação e nos documentos internos das instituições. “Elas procuram cobrir todas as áreas da organização, prever todas as ocorrências e enquadrá-las dentro de um comportamento definido.” (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 15) Essas normas também são elaboradas nas salas de aula pelos professores juntamente com os alunos, que são os combinados.

Durkheim (1977) defende que a divisão do trabalho é o elo de ligação entre os indivíduos na sociedade, pois eleva o nível de dependência mútua entre as funções. Michalovicz (2008, p. 34) afirma que “o efeito mais notável da divisão do trabalho, ao contrário do que se possa imaginar, não é que ela leve a um maior rendimento das funções divididas, mas que as torna solidárias mutuamente”. Dessa forma, os indivíduos são ligados uns aos outros, se ajudam mutuamente, pois a solidariedade os permite ajustarem seus esforços na execução da função como também em muitos outros aspectos.

A autora também apresenta a visão de Marx (1989) sobre a divisão do trabalho e alienação. Segundo ela, para esse autor, a divisão capitalista do trabalho é a fonte de todas as alienações, já que é favorecido apenas o desenvolvimento de habilidades parciais, desconectadas do todo da produção. O oposto do que foi afirmado por Durkheim (1977), que defendia ser a divisão do trabalho determinante de solidariedade entre os indivíduos.

No caso da divisão do trabalho que ocorre no espaço escolar Michalovicz (2008 p. 31 e 39) fez a seguinte observação:

Todas as funções exercidas nas escolas, sejam elas de professor, diretor, orientador, supervisor, ou pai de aluno, são interdependentes, são funções que uma pessoa exerce para outra, ou para outras pessoas. Mas o fato de essas funções serem interdependentes e exercidas para outras, não as mistura/mescla, não exclui a necessidade da divisão do trabalho. [...] a escola, como integrante do campo educacional, parece possibilitar e, até mesmo promover a maleabilidade, a flexibilidade, a ausência de divisão clara, o embaralhamento entre as funções não só dentro da instituição entre os profissionais escolares, mas entre escola/professor e família.

Nas escolas acontece a sobreposição de funções, em que os profissionais exercem as atribuições que fazem parte da especificidade de outras funções, que não competem ao seu ofício. Mas, o aspecto funcional da burocracia atende a uma racionalidade, e é adequada ao

objetivo a ser atingido: a eficiência da organização. A maleabilidade e a flexibilidade acabam gerando, o que para Durkheim é o estado de “anomia”³.

O caráter impessoal das organizações burocráticas considera as pessoas como ocupantes de cargos e de funções. O poder é impessoal, pois está no cargo e não da pessoa em si, ou seja, não resulta da personalidade do indivíduo, como acontece na liderança carismática, ou de herança, como na autoridade tradicional. “A administração burocrática é realizada sem

3.2 AS DISFUNÇÕES BUROCRÁTICAS, A ORGANIZAÇÃO INFORMAL E A CONDIÇÃO HUMANA NA ESCOLA

As disfunções burocráticas originam-se no excesso de burocratização, de formalismo e de despersonalização. A ação humana nas organizações desordena o padrão perfeccionista racional idealizado pelas organizações, que acarreta na geração da sua ineficiência. Motta e Bresser-Pereira (2004, p. 43 e 44) afirmam que “é desse excesso de burocratização que resulta a concepção popular de burocracia como um sistema ineficiente, dominado pela ‘papelada’ e por funcionários de mentalidade estreita”. Então, o tipo ideal de burocracia foi racionalizado na reunião de suas características na tentativa de construir um todo coerente. Mas, se por um lado pregou-se a eficiência na efetivação de suas características, por outro lado essas mesmas características geraram conflitos e contradições.

Apesar das disfunções que decorrem do modelo burocrático, este ainda é considerado predominante nas organizações na atualidade por seus resultados eficientes, a hierarquia de autoridade, divisão do trabalho, sistema de normas, impessoalidade e outras características, ainda são vistas como essenciais para manter o prosseguimento da organização.

As disfunções mais comuns são: o excesso de formalismo, a despersonalização das relações interpessoais, apego exagerado às normas e regulamentos, dificuldade no atendimento a clientes e conflitos com o público; conformidade com a rotina e outras. A seguir, tentaremos observar exemplos de como essas disfunções burocráticas acontecem na escola (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004).

Conforme o Relatório da UNESCO, os quatro pilares da educação do futuro são: aprender a conhecer (construir conhecimentos para a compreensão do mundo), aprender a viver juntos (participar e cooperar com os outros nas atividades), aprender a fazer (agir sobre o meio envolvente) e aprender a ser (DELORS, 2000).

Edgar Morin, em *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*, ao observar

³Anomia: Durkheim designa uma situação em que a divisão do trabalho não ocorre espontaneamente, certa desorganização social.

esses quatro pilares diz existir um elo que os une: a vivência da condição humana na escola. O resgate do ser humano na sala de aula. A educação só será viável se for uma educação integral do ser humano, se compreendê-lo em todas as suas dimensões, e não apenas num dos seus aspectos (MORIN, 2000). Como afirma Delors (2000), é preciso abandonar o pensamento de que a educação serviria apenas para o saber-fazer. A educação tem o papel de ajudar o indivíduo no seu desenvolvimento integral, enquanto pessoa humana.

Quando nos voltamos para a burocracia, percebemos que, para os burocratas, a escola constitui-se numa empresa (PEREIRA, 1976). E, como tal, seu sistema e sua estrutura visam racionalizar as atividades para conseguir o máximo de eficiência das pessoas (MOTTA, 2008). Nesse contexto obviamente não existe espaço para os sujeitos vivenciarem a sua condição humana, porque o foco não é o sujeito em si mesmo, porém o que, quanto e como esse sujeito pode produzir.

Para Morin (2000), existem sete saberes que estão sendo esquecidos, mas que deveriam ser abordados pela educação: as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão e a ética do gênero humano. “A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre” (MORIN, 2003, p. 11).

É necessário esclarecermos o que Edgar Morin se refere por condição humana. Morin (2007) fala que o humano do humano, ou seja, aquilo que caracteriza a condição de ser humano pode ser compreendido através da ideia da trindade humana. A humanidade surge de três trindades: a trindade indivíduo/sociedade/espécie; a trindade cérebro/cultura/espírito e a trindade razão/afetividade/pulsão. As instâncias que formam cada trindade são sempre inseparáveis (MORIN, 2007, p. 51 e 52).

Em relação à primeira trindade indivíduo/espécie/sociedade, é preciso entender que entre indivíduo, espécie e sociedade existe uma relação dialógica. O indivíduo está na espécie da mesma forma que a espécie está no indivíduo. A sociedade está no indivíduo assim como o indivíduo está na sociedade. A sociedade, que é formada por indivíduos, está na espécie. (MORIN, 2007, p. 51).

A trindade cérebro/mente/cultura nos faz perceber que toda atividade ou todo comportamento humano tem um componente cerebral, um mental, um cultural. O nascimento, o casamento e a morte, o que há de mais biológico em nossa vida, está impregnado de rituais religiosos e cívicos, quer dizer, culturais. Pensar, refletir, meditar, atividades do espírito, estão

ligadas ao cérebro. Cantar e dançar, atos culturais, mobilizam o nosso corpo (MORIN, 2007, p. 53). Separar, fragmentar, isolar corpo/mente e natureza/cultura é “[...] ver que as disjunções entre esses termos testemunham o estado de cegueira de um modo de conhecimento fragmentado” (MORIN, 2007, p. 54).

Morin (2007, p. 54) continua a nos dizer que a trindade cérebro/mente/cultura sofre interferências de uma trindade mental presente na ideia do cérebro triúnico de Mac Lean. O cérebro humano herdou dos répteis a agressividade, as pulsões, o cio. Dos mamíferos ficou com a herança da afetividade e da memória a longo prazo. A razão, uma característica da espécie humana. Essa trindade nos mostra a complexa relação entre animalidade e humanidade no ser humano. Não há uma hierarquia razão/afetividade/pulsão. Existe uma combinação imprevisível entre essas três instâncias. Nem sempre a razão comanda (MORIN, 2007, p. 54 e 55).

Dentro da organização burocrata parece não existir espaço para os setes saberes e o “humano do humano” a que se refere Morin (2000, 2007), já que

A burocracia é mais plenamente desenvolvida quanto mais se desumaniza, quanto mais completamente alcança as características específicas que são consideradas como virtudes: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos pessoais, emocionais e irracionais, que escapam ao cálculo (MOTTA; BESSER-PEREIRA, 2004, p. 18).

As características da burocracia materializam-se na sala de aula: tentativa de controlar racionalmente as ações dos sujeitos, negando quaisquer tipos de sentimentos e emoções, o que leva, conseqüentemente, a uma desumanização dos sujeitos. A escola numa perspectiva burocrática leva, muitas vezes, o humano a se distanciar da sua condição humana.

Vivemos uma relação cada vez mais impessoal entre aluno e professor, os quais estão se constituindo em apenas dois profissionais que dividem o mesmo espaço de trabalho. Estão deixando de se reconhecer enquanto seres humanos que embarcam juntos na aventura do conhecimento (RESTREPO, 1994).

Sem que percebamos, a burocracia também preconiza o estabelecimento de relações impessoais, ou seja, relações que sejam meramente profissionais, que se limitem ao cumprimento das atividades que precisam ser executadas (CORTINA, 1999). No ensino, passa a acontecer, portanto, uma impessoalidade nas relações não apenas entre professores, mas entre professores e alunos. A autoridade do professor não se dá pelo fato dele ser aquele que media o processo de construção do conhecimento, por ser aquele que serve de referencial

para a vida dos alunos, mas por ser ele que ocupa o “cargo” de docente, por ser ele que “sabe mais”, logo, teoricamente, dá as ordens.

Na burocracia a autoridade está no cargo e não na pessoa, e as atribuições de papéis ocorre na base de qualificações técnicas, por meio de procedimentos formalizados e impessoais. Nem poderia ser diferente numa organização em que a estrutura de poder se baseia numa hierarquia, governada por regras gerais, abstratas, claramente definidas, que dispensam construções específicas. Na estrutura burocrática as relações personalizadas e os fatores patrimoniais são eliminados ou controlados em nome da eficiência técnica, conseguida graças à rapidez, à precisão, ao controle, à continuidade, à discrição e ao rendimento (CORTINA, 1999, p. 73).

A burocracia, no entanto acaba convivendo com a organização informal, a qual deve ser concebida como consequência da impossibilidade prática de se bitolar o comportamento humano de acordo com regulamentos. Ela não deve ser considerada exclusivamente uma decorrência não prevista das burocracias. A organização informal surge como uma consequência da impossibilidade prática de se padronizar completamente o comportamento humano nas organizações (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 53). Assim, todas as relações sociais vivenciadas em uma organização que estão fora do que é estabelecido nos regulamentos compõem a organização informal, isto é, acaba sendo o espaço que encontramos para vivenciar a nossa condição humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, atualmente, enfrenta uma série de desafios. Um deles é pensar sobre as influências teóricas que interferem na escola. Nesse sentido, é pertinente cada vez mais refletirmos sobre a forma que a burocracia vem se materializando no dia a dia da sala de aula. No modo como o conhecimento é construído. Nas relações entre os professores e entre professor e aluno.

Outro grande desafio que a escola enfrenta é (re)pensar sua finalidade: apenas construir conhecimentos técnico-científicos para permitir aos sujeitos, futuramente, exercer uma profissão, isto é, voltar-se apenas o saber-fazer e o saber conhecer? Ou se preocupar com a autoformação integral dos sujeitos, ajudando-os a se encontrarem com si mesmo? Eis um questionamento que deve ser respondido atenciosa e cuidadosamente por todos nós educadores.

Quando nos decidimos por apostar numa educação que ajude os sujeitos a reconhecer e assumir a sua condição humana, como diz Morin (2003), precisamos pensar que possibilidades e limites existem na escola para isso. É preciso, então, pensar na burocracia. Não é nossa intenção julgar e condenar a teoria burocrática. Acreditamos que tem seus aspectos benéficos para a escola. Entretanto não podemos deixar de reconhecer que sua

excessiva prática no universo escolar gera humanos distantes da sua condição humana, ao querer controlá-los racionalmente, negando suas subjetividades, suas emoções, seus sentimentos, deixando de enxergar o ser humano integralmente e reduzindo-o à eficiência, ou seja, o que importa é a sua ação, força, eficácia. As relações no universo escolar tornam-se impessoais. São relações estritamente profissionais. Limitam-se às atividades que precisam ser cumpridas. Talvez a ação informal seja uma estratégia a ser utilizada para tentar “driblar” as disfunções do sistema burocrático na escola.

Por isso a importância de que sejam feitas reflexões sobre essa temática a fim de que, a partir do momento que sejam conhecidas as características da burocracia, o aspecto informal que existe na instituição escolar possa ser valorizado como espaço de vivência da condição humana.

5 REFERÊNCIAS

BASTOS, R. L. **Ciências humanas e complexidades**: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. Disponível em: <<http://www.scribd.com/.../BASTOS-Rogério-Ciencias-humanas-e-complexi...>>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

BEETHAM, D. **A burocracia**. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1988.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

CORTINA, R. L. **Burocracia e educação**: o diretor de escola no Estado de São Paulo: Araraquara: UNESP, 1999.

DURKHEIM, É. **A Divisão do Trabalho Social**. v. I. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 6 edição. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MICHALOVICZ, C. C. **O magistério à luz da atual configuração da divisão do trabalho na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2008.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **O método 5: A humanidade da humanidade: a identidade humana.** 4 edição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviços.** 2 ed. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1976.

RESTREPO, L. C. **O direito à ternura.** 3 edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4. ed. Brasília: UnB, 2000, v. 1.